



Câmara Municipal de Manhuaçu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Ata Eletrônica da 2ª Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa da 34ª Legislatura

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Audiência Pública ; Abertura: 14/05/2025 - 17:35 ; Encerramento: 14/05/2025 - 21:00

Mesa Diretora: Presidente: Administrador Rodrigo / PRD ; Vice-Presidente: Ralley Hott / MDB ; Relator: Jânio do Catinga / PSDB

Lista de Presença na Sessão: Administrador Rodrigo / PRD ; Allan do Alaor / PP ; Cléber Benfica / PL ; Clóvis Pires / PSD ; Gedival Breder / PSDB ; Gilsinho / UNIÃO ; Jânio do Catinga / PSDB ; Jorge do Ibéria / PODE ; Marcelino de Jesus / PL ; Misrael da Matinha / AGIR ; Ralley Hott / MDB ; Tiago do Camelo / AGIR ; Zé Eugênio / MDB

Expedientes: Oração: Vereador Clóvis procedeu com o momento de oração. **Expediente do Dia:** A presente Audiência pública debateu o projeto Mãos Dadas, do governo estadual, que pretende estimular os municípios a absorverem as matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental. Esteve em pauta o projeto de lei 31/2025, de autoria do poder executivo, o documento autoriza a prefeitura a celebrar convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. O objetivo da proposição é absorver alunos do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais da rede estadual no município, conforme prevê o projeto Mãos Dadas, do governo de Minas. A audiência foi conduzida pelos vereadores Administrador Rodrigo, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da câmara, Jânio do Catinga, relator, e Ralley Hott, vice-presidente. Após abrir a reunião, Rodrigo passou a chamar os inscritos para manifestarem-se sobre o projeto. Mãe atípica, representante da Associação de Mães e Amigos dos Autistas de Manhuaçu (AMAAM), Cíntia Ferreira de Sousa Gomes manifestou preocupação com a possível perda de benefícios com a aprovação do projeto, como a presença de professores de apoio em sala de aula. Estes profissionais auxiliam alunos com necessidades educacionais específicas e representam ações de inclusão no ensino. Paulo Bragança dos Santos, coordenador da subseção do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), apontou o que considera inconsistências da proposição. Segundo ele, não está claro no documento a definição dos papéis que serão desempenhados pelo governo do estado e pela prefeitura. Diretora do Sind-UTE/MG, Dorca Pires de Carvalho Vidal, falou sobre seu receio de que o projeto deixe crianças desassistidas nas escolas. Ela destacou que os alunos só conseguem se entrosar com aquilo quem entendem e frisou sua preocupação de que falte apoio aos estudantes. O presidente da 54ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), Glauber Carvalho Vidal de Lacerda, argumentou que a proposição pode representar um retrocesso para a educação no município. Para Andreia de Souza Werner, professora dos anos iniciais da escola Estadual Monsenhor Gonzalez, não foram apresentados para a comunidade escolar o impacto financeiro do projeto e quais benefícios a adesão ao programa Mãos Dadas traria para as crianças. A vice-presidente do Conselho de Educação, Zandra de Fátima Lopes da Rocha, considerou que o projeto não é claro o suficiente e foi elaborado de “cima para baixo”. O advogado Alex Barbosa de Matos Santos apontou que a proposição não leva em consideração o que prevê o projeto de lei 89, de 2021, de autoria de Administrador Rodrigo e aprovado na câmara naquele ano. Segundo a lei, informou Santos, é necessária a realização de consulta prévia à população e à comunidade escolar e assegurada a publicidade e amplo debate sobre o tema. De acordo com ele, isso definiria a inadmissibilidade do projeto. Administrador Rodrigo lembrou que o projeto de lei nº 31 de 2025 não tramitou ainda e quando o documento chegar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final seriam tomadas as devidas decisões. A superintendente Regional de Ensino, Vitória Magalhães Serri, destacou em sua fala que não existe a remoção de professores, outra preocupação manifestada durante a audiência. Segundo ela, isso só ocorre caso o profissional queira. Vitória também argumentou que o processo de municipalização do ensino previsto no projeto Mãos Dadas é feito por meio de



Câmara Municipal de Manhuaçu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

diálogo. Márcio Silva Correa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintram), manifestou-se contrário ao documento. De acordo com ele, em média, o sindicato recebe 30 professores por semana reclamando do projeto. O secretário municipal de Educação, Daniel Vieira Ferreira, apresentou números que mostram o número de matrículas no ensino fundamental do estado caindo e do município aumentando. Ele defendeu que o projeto seja aprovado na câmara para que o município possa negociar com o estado. Durante a audiência, os vereadores Cléber Benfica, Misrael da Matinha e Allan do Alaor defenderam o investimento e a valorização dos professores. Alaor cobrou maior transparência na discussão do tema. Por fim, nada mais havendo a tratar, o vereador Rodrigo declarou encerrada a Audiência.

Matérias do Expediente: 1 - Projeto de Lei nº 31 de 2025, Autoriza o Poder Executivo Municipal a Celebrar o Convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando a Absorção dos alunos do Ensino Fundamental I - Anos Iniciais, da Rede Estadual no município de Manhuaçu e dá outras providências. Autor: Maria Imaculada Dutra Dornelas - Prefeita Municipal, Número de Protocolo: 115, Tipo: Leitura, Resultado: Matéria lida ;

Assinatura da Mesa Diretora da Sessão

Presidente: Rodrigo
Júlio dos Santos /
PRD

Vice-Presidente:
RALLEY DE PAIVA
HOTT / MDB

Relator: Jânio Garcia
Mendes / PSDB